

## Melhor prevenir do que remediar

A constituição federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, traz em seu artigo 6º, o direito à educação de proteção à infância como inerente à todo cidadão brasileiro.

Contudo, tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática quando se observa a implementação da educação sexual no Brasil, dificultando, deste modo, a universalização desse direito tão importante. Diante dessa perspectiva, faz-se indispensável a análise dos fatores que favorecem essa situação.

Em uma primeira análise, pode-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a desinformação. Nesse sentido, cabe à escola colaborar e retratar fatos básicos, e de diferentes âmbitos da sociedade, incluindo o acesso à informação sobre as consequências do ato sexual irresponsável, métodos contraceptivos, entre outros. Segundo o filósofo John Locke, configura-se como violação do "contrato social", já que o estado não cumpre sua função de garantir ao cidadão sujeito de direitos indispensáveis, como a educação, o que infelizmente é evidente no país.

Todavia, é fundamental apontar as falhas no sistema educacional como impulsionador do crescente número de gravidez na adolescência, e casos de DST's no Brasil, que segundo dados não param de aumentar. Diante de tal exposto, deve ser levado em conta que muitas famílias/pais, não tiveram tal instrução e desta forma, não transmitindo para seus filhos formando um ciclo vicioso, e a escola, lugar de convívio diário, não transmite tal conhecimento, apenas reforça que este ciclo aconteça de forma repetida. Logo é inadmissível que este cenário continue a perdurar.

Portanto, a necessidade de se combater esses obstáculos. Para isso é indispensável que o governo federal, por intermédio do ministério da Educação, além de trazer a educação sexual para cronograma escolar, invista de forma incessante em projetos, palestras e campanhas, a fim de promover a instrução e conhecimento acerca do ato sexual seguro e consciente. Assim, se consolidaram a uma sociedade mais instruída e educada sexualmente, onde o estado desempenha corretamente seu "contrato social" tal afirma John Locke.